

Educação discute preço e pede acordo

Todos os dias, 20 professores pedem demissão do ensino particular. Os baixos salários são os principais responsáveis pelo abandono da carreira. Algumas escolas estão fechando. Outras negociam com os pais fórmulas de sobrevivência, à margem da lei. Tudo está acontecendo

depois do Plano Cruzado e das portarias que reajustaram as mensalidades escolares para 1987. O governo fixou o índice em 35% e os donos de escola estão cobrando 100,6%. Há casos até de 200%. Em consequência, pela primeira vez existiu a ameaça de o ano letivo não começar em

alguns estabelecimentos de ensino. Os proprietários não querem mais a Sunab fiscalizando seus preços. Alegam que essa vigilância é inconstitucional. Inconstitucional também é considerada toda a legislação que nasceu com o Cruzado. No meio dessas discussões, estão os pais, que

não tiveram aumentos salariais nos níveis dos reajustes exigidos pelas escolas. Mas o momento não é de confronto e sim de união. Todos os segmentos envolvidos com o setor concordam com isso. O consenso ficou evidente durante debate promovido por **O Estado de S. Paulo**. Partici-

param das discussões: os delegados regionais Nelson Boni, do Ministério da Educação, e Marilena Lazzarini, da Sunab, além do jurista Ives Gandra Martins; José Aurélio Camargo, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, acompanhado de seu

assessor jurídico, Adib Salomão; Jorge Barifaldi, diretor-presidente do colégio Bandeirantes; Geraldo Mugayar, presidente da Federação dos Trabalhadores de Ensino do Estado; e Elisete Antelmi, mãe de aluno. A coordenação do debate e o texto, nesta página. **Elizabeth Munhoz.**